



**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, que aprova as diretrizes, parâmetros e etapas para (re)organização da Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual;
- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria GM/MS nº 485, de 1º de abril de 2014, que redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- a Portaria GM/MS nº 2.561, de 23 de setembro de 2020, dispõe sobre o procedimento de justificação e autorização da interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, que aprova as diretrizes, parâmetros e etapas para (re)organização da Rede de Atenção às Vítimas de Violência Sexual do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS-MG);
- a Resolução SES/MG nº 7.614, de 21 de julho de 2021 que altera artigo 3º e Anexos II, III e IV da Resolução SES/MG nº 7.224, de 16 de setembro de 2020, que estabelece as normas gerais, as regras, os critérios de elegibilidade e a sistemática de monitoramento para o Módulo Valor em Saúde, da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas;
- a necessidade de identificar pontos hospitalares de relevância para referência ao atendimento às vítimas de violência sexual que representem a realidade dos territórios;
- a aprovação pelo Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha, em reuniões ocorridas em 30 de setembro de 2021 e em 09 de novembro de 2021; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 280ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de novembro de 2021.

**DELIBERA:**

Art. 1º – Fica alterado o artigo 4º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, para inclusão do §2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 4º - Considera-se como instituição hospitalar de relevância para atendimento às vítimas de violência sexual:

(...)

§ 2º - Excepcionalmente, em territórios de vazio assistencial ou de acordo com o fluxo já estabelecido no território, pode-se considerar como instituição Tipo II os hospitais que estão em processo de habilitação para Gestação de Alto risco.” (nr)

MINUTA CIB



Art. 2º – Ficam alterados os §§ 2º, 3º e 5º, e inclusos o inciso III do caput, e os §§6º e 7º, no artigo 5º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - No processo de organização da Grade de Referência às Vítimas de Violência Sexual no SUS-MG deverão ser seguidas as seguintes etapas:

(...)

III – capacitação dos profissionais e gestores da Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual por meio de Webnário Permanente de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual aberto a todos os estabelecimentos de saúde e aos demais órgãos da Rede de Proteção às Vítimas de Violência Sexual.

(...)

§ 2º - Com base em uma metodologia para avaliação da atual rede hospitalar de atenção às vítimas de violência sexual foi elaborada uma proposta de instituições hospitalares de referência Tipo I e Tipo II para atendimento às vítimas de violência sexual para cada macrorregião/microrregião do estado (Anexo I), que será encaminhada para as Unidades Regionais de Saúde (URS) para discussão em oficinas macrorregionais no território e pactuação na Comissão Intergestores Bipartite Microrregional (CIB Micro) e Comissão Intergestores Bipartite Macrorregional (CIB Macro) de dezembro de 2021, conforme aprovação pelo Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha.

§ 3º - A grade de referência hospitalar de que trata o parágrafo anterior deverá ser encaminhada pelas URS, no prazo acordado pelo Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha, para homologação na CIB-SUS/MG.

(...)

§ 5º - A grade pactuada no território resultará em publicação de Deliberação específica em fevereiro de 2022, em substituição à Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.012, de 09 de dezembro de 2014, e à Resolução SES/MG nº 4.590, de 09 de dezembro de 2014, conforme novo pacto.

§ 6º - Casos excepcionais do não cumprimento do prazo estipulado para pactuação deverão ser oficializados à Coordenação Materno Infantil com justificativa.

§ 7º - O território que não pactuou a grade de referência para o Atendimento às Vítimas de Violência Sexual no prazo estabelecido deverá participar do Webnário e oficializar a pactuação em até 2 meses após a data de lançamento do Webnário proposto no inciso III deste artigo.” (nr)

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 3º – Fica incluído artigo 6º-A na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º-A - Todos os serviços elencados na Grade de Referência às vítimas de Violência Sexual terão um prazo de até 6 meses, após o lançamento do Webnário proposto no inciso III deste artigo, para adequação do cumprimento das responsabilidades atreladas a sua tipologia.” (nr)

Art. 4º - Fica alterado o Anexo I da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, nos termos dispostos no Anexo I desta Deliberação.

Art. 5º - Fica alterado o Anexo II da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.351, de 17 de março de 2021, nos termos dispostos no Anexo II desta Deliberação.

Art. 6º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXOS I E II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº                      , DE 17 DE NOVEMBRO DE  
2021 (disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib)).**

**MINUTA CIB**



**ANEXO I DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**“ANEXO I DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.351, DE 17 DE MARÇO DE 2021” (nr)**

**Proposta de instituições de referência Tipo I e Tipo II para atendimento às vítimas de violência sexual**

Frente a todas as indicações necessárias à garantia de atenção humanizada e integral às pessoas em situação de violência sexual, cabe ressaltar que compete aos gestores(as) de saúde nos Municípios, Estados e Distrito Federal implantar, implementar e garantir sustentabilidade às ações e o maior número possível de serviços de referência.

**MINUTA CIB**

Macro	Micro	Município	Hospital	CNES	Tipologia	Região de Referência
Centro	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Hospital das Clinicas da Universidade Federal de Minas Gerais EBSEH	27049	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Hospital Júlia Kubitschek	27022	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Hospital Metropolitano Odilon Bherens HOB	2192896	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Maternidade Odete Valadares	26972	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Hospital Risoleta Tolentino Neves	27863	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Hospital Sofia Feldman	26794	II	Macro
	Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté	Belo Horizonte	Santa Casa de Belo Horizonte	27014	II	Macro
	Betim	Betim	Hospital Público Regional Prefeito Professor Osvaldo Rezende Franco	2126494	II	Micro
	Betim	Betim	Maternidade P Municipal Hayde Espejo Conroy	2126508	I	Micro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

	Contagem	Contagem	Centro Materno Juventina Paula de Jesus	2191164	II	Micro
	Contagem	Ibirité	Hospital e Maternidade Regional de Ibirité	6892256	I	Micro
	Curvelo	Curvelo	Hospital Imaculada Conceição	2148293	I	Micro
	Vespasiano	Pedro Leopoldo	Hospital e Maternidade Dr. Eugenio Gomes de Carvalho	2154560	I	Micro
	Guanhães	Guanhães	Hospital Regional Imaculada Conceição	2144530	I	Micro
	Itabira	Itabira	Hospital Municipal Carlos Chagas	2218690	I	Micro
	João Monlevade	João Monlevade	Hospital Margarida	2709848	I	Micro
	Ouro Preto	Ouro Preto	Santa Casa de Ouro Preto	2163829	II	Micro
	Sete Lagoas	Sete Lagoas	Hospital Municipal Monsenhor Flávio Damato	2109867	I	Micro
	Sete Lagoas	Sete Lagoas	Irmandade Nossa Senhora Das Graças	2206528	II	Micro
Centro-Sul	Barbacena	Barbacena	Santa Casa de Misericórdia de Barbacena	2138875	II	Macro
	Congonhas	Congonhas	Hospital Bom Jesus	2172259	I	Micro
	Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Sociedade Hospital Queluz	2136945	I	Macro
	São João Del Rei	São João Del Rei	Hospital Nossa Senhora das Mercês	2173565	I	Micro
Jequitinhonha	Araçuaí	Araçuaí	Hospital São Vicente de Paulo Araçuaí	2134276	I	Micro
	Diamantina	Diamantina	Hospital Nossa Senhora da Saúde	2761203	II	Macro
	Diamantina	Diamantina	Santa Casa de Caridade	2135132	I	Micro
	Serro	Serro	Casa Caridade Santa Tereza	2202891	I	Micro
	Turmalina/ Minas Nova/ Capelinha	Capelinha	Hospital Municipal São Vicente de Paulo Capelinha	2135124	I	Micro
	Turmalina/ Minas Nova/ Capelinha	Minas Nova	Hospital DR. Badaró Júnior	2134268	I	Micro
Leste	Governador Valadares	Governador Valadares	Hospital Municipal de Governador Valadares	2222043	II	Macro
	Mantena	Mantena	Hospital São Vicente de Paulo	2099209	I	Micro
	Peçanha/são João Evangelista	Peçanha	Hospital Santo Antonio de Peçanha	2103257	I	Micro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

	Peçanha/são João Evangelista	São João Evangelista	Hospital São João Evangelista	2102765	I	Micro
	Resplendor	Resplendor	Hospital Nossa Senhora do Carmo	2168731	I	Micro
	Santa Maria do Suaçuí	Santa Maria do Suaçuí	Hospital Santa Maria Eterna	2103990	I	Micro
Leste do Sul	Manhuaçu	Manhuaçu	Hospital Cesar Leite	2173166	II	Micro
	Ponte Nova	Ponte Nova	Hospital Nossa Senhoras das Dores	2111640	II	Micro
	Viçosa	Viçosa	Hospital São Sebastião	2099454	II	Micro
Nordeste	Águas Formosas	Águas Formosas	Hospital São Vicente de Paulo	2183803	I	Micro
	Almenara/Jacinto	Jacinto	Hospital Bom Pastor	2120402	I	Micro
	Almenara/Jacinto	Almenara	Hospital Deraldo Guimarães	2108992	I	Micro
	Itambacuri	Itambacuri	Hospital Nossa Senhora dos Anjos	2185563	I	Micro
	Itaobim	Itaobim	Hospital Vale do Jequitinhonha	2139073	I	Micro
	Nanuque	Nanuque	Hospital e Pronto Socorro Municipal Renato Azeredo	2211262	I	Micro
	Padre Paraíso	Padre Paraíso	Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja	2208083	I	Micro
	Pedra Azul	Pedra Azul	Hospital Ester Faria de Almeida	2139049	I	Micro
	Teófilo Otoni / Malacacheta	Malacacheta	Hospital Municipal Dr Carlos Marx	2208075	I	Micro
	Teófilo Otoni / Malacacheta	Teófilo Otoni	Hospital Santa Rosália	2208172	II	Macro
Noroeste	João Pinheiro	João Pinheiro	Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares	2101777	I	Micro
	Patos de Minas	Patos de Minas	Hospital Regional Antônio Dias	2726726	II	Macro
	São Gotardo	São Gotardo	Hospital Municipal de São Gotardo	2100681	I	Micro
	Unaí	Unaí	Hospital Municipal Dr Joaquim Brochado	2760924	II	Micro
	Unaí	Paracatu	Hospital Municipal de Paracatu	2100754	II	Micro
Norte	Bocaiúva	Bocaiúva	Hospital Municipal de Bocaiúva	2119471	I	Micro
	Brasília de Minas / São Francisco	São Francisco	Unidade Mista Dr. Brício de Castro Dourado	2140098	I	Micro
	Brasília de Minas / São Francisco	Brasília de Minas	Hospital Municipal Senhora Santana	2119420	I	Micro
	Coração de Jesus	Encaminhar para a Micro de Montes Claros - HU Clemente de Faria				



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**MINUTA CIB**

	Francisco Sá	Francisco Sá	Hospital Municipal de Francisco Sá	2760940	I	Micro
	Janaúba / Monte Azul	Janaúba	Fundajan	2205939	II	Macro
	Januária	Januária	Hospital Municipal de Januária	2204622	I	Micro
	Manga	Manga	Fundação Hospitalar de Amparo ao Homem do Campo - FHAHC	2205998	I	Micro
	Montes Claros	Montes Claros	Santa Casa de Montes Claros	2149990	II	Macro
	Montes Claros	Montes Claros	HU Clemente de Faria	2219654	II	Macro
	Pirapora	Pirapora	Fundação Hospitalar Dr. Moisés Magalhães Freire	2119528	I	Micro
	Salinas	Salinas	Hospital Municipal Dr. Oswaldo Prediliano Santana	2204649	I	Micro
	Taiobeiras	Taiobeiras	Hospital Santo Antônio	2098369	I	Micro
<b>Oeste</b>	Bom Despacho	Bom Despacho	Hospital Santa Casa De Bom Despacho	2168707	I	Micro
	Campo Belo	Campo Belo	Hospital São Vicente	2192020	I	Micro
	Divinópolis	Cláudio	Santa Casa de Misericórdia de Cláudio	2144204	I	Micro
	Divinópolis	Divinópolis	Hospital São João De Deus	2159252	II	Macro
	Formiga	Formiga	Hospital São Luiz De Formiga	2142376	I	Micro
	Itaúna	Itaúna	Hospital Manoel Goncalves	2105780	I	Micro
	Lagoa da Prata/Santo Antônio do Monte	Lagoa da Prata	Hospital São Carlos	2132877	I	Micro
	Lagoa da Prata/Santo Antônio do Monte	Santo Antônio do Monte	Santa Casa De Santo Antônio Do Monte	2144026	I	Micro
	Oliveira/Santo Antônio do Amparo	Santo Antônio do Amparo	Hospital Regional São Sebastião	2192128	I	Micro
	Oliveira/Santo Antônio do Amparo	Oliveira	Hospital São Judas Tadeu De Oliveira	2144298	I	Micro
	Pará de Minas	Nova Serrana	Hospital São José de Nova Serrana	2143801	I	Micro
	Pará de Minas	Pará de minas	Hospital Nossa Senhora da Conceição De Pará De Minas	2206064	I	Micro
<b>Sudeste</b>	Além Paraíba	Além Paraíba	Hospital São Salvador	2122677	I	Micro





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

	Carangola	Carangola	Casa de Caridade Carangola	2764776	I	Micro
	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	2153882	II	Macro
	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Hospital Regional João Penido	2111624	II	Macro
	Juiz de Fora	Juiz de Fora	HPS Dr. Mozart Geraldo Teixeira/PARBOS	2208156	I	Macro
	Leopoldina/Cataguases	Leopoldina	Casa de Caridade Leopoldinense	2122650	I	Micro
	Lima Duarte	Encaminhar para a Micro de Juiz de Fora - Hospital Regional João Penido/HPS Dr. Mozart Geraldo Teixeira/PARBOS				
	Muriaé	Muriaé	Casa de Caridade de Muriaé e Hospital São Paulo	4042085	II	Micro
	Santos Dumont	Santos Dumont	Hospital de Santos Dumont	2796562	I	Micro
	São João Nepomuceno/ Bicas	São João Nepomuceno	Hospital São João	2796619	I	Micro
	Ubá	Ubá	Hospital Santa Isabel	2195437	II	Micro
Sul	Alfenas / Machado	Alfenas	Hospital Universitário Alzira Velano	2171988	II	Macro
	Cássia	Cássia	Instituto de São Vicente de Paulo	2760436	I	Micro
	Guaxupé	Guaxupé	Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé	2796449	I	Micro
	Itajubá	Itajubá	Hospital de Clínicas de Itajubá	2208857	II	Micro
	Lavras	Lavras	Santa Casa de Misericórdia de Lavras	2111659	II	Micro
	Passos	Passos	Santa Casa de Misericórdia de Passos	2775999	II	Macro
	Piumhi	Piumhi	Santa Casa de Misericórdia de Piumhi	2776006	I	Micro
	Poços de caldas	Poços de caldas	Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas	2129469	II	Micro
	Pouso alegre	Pouso alegre	Hospital das Clínicas Samuel Libanio	2127989	II	Macro
	São lourenço	São lourenço	Fundação Casa de Caridade de São Lourenço	2764814	II	Micro
	São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso	2146525	II	Micro
	Três Corações	Três	Hospital São Sebastião	2760657	I	Micro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

		Corações				
	Três Pontas	Três Pontas	Hospital São Francisco de Assis	2139200	I	Micro
	Varginha	Varginha	Hospital Regional do Sul de Minas	2761041	II	Macro
Triângulo Norte	Ituiutaba	Ituiutaba	Hospital São José	2200902	I	Micro
	Patrocínio / Monte Carmelo	Patrocínio	Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Patrocínio	2209195	II	Micro
	Uberlândia/ Araguari	Uberlândia	Hospital de Clínicas de Uberlândia	2146355	II	Macro
	Uberlândia/ Araguari	Araguari	Santa Casa de Misericórdia	2145960	II	Micro
Triângulo Sul	Araxá	Araxá	Santa Casa de Misericórdia de Araxá	2164620	I	Micro
	Frutal/ Iturama	Frutal	Hospital Municipal Frei Gabriel	2098539	I	Micro
	Uberaba	Uberaba	Hospital das Clínicas UFTM	2206595	II	Macro
Vale do Aço	Caratinga	Caratinga	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	2118513	II	Micro
	Coronel Fabriciano/ Timóteo	Timóteo	Hospital e Maternidade Vital Brazil	2140217	I	Micro
	Ipatinga	Ipatinga	Hospital Márcio Cunha	2205440	II	Macro
	Ipatinga	Ipatinga	Hospital Municipal de Ipatinga	2193310	I	Micro

MINUTA CIB



**ANEXO II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**“ANEXO II DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.351, DE 17 DE MARÇO DE 2021” (nr)**

**Responsabilidades e estruturas mínimas dos estabelecimentos hospitalares de referência às vítimas de violência sexual**

Às instituições Tipo I e Tipo II que compõe a rede de atenção às vítimas de violência sexual competem, minimamente, as responsabilidades e estruturas descritas a seguir:

- Os serviços de referência para atendimento às vítimas de violência sexual devem realizar o cadastro no CNES com o CÓDIGO 165 - Atenção às pessoas em situação de violência sexual, e realizar a classificação do serviço de acordo com sua tipologia.

Classificação de serviço:

- 001 – Referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual.
- 006 – Atenção à interrupção de gravidez nos casos previstos em lei.
- 007 – Atenção ambulatorial a pessoas em situação de violência sexual.
- 008 - Coleta de vestígios de violência sexual.

- Para o atendimento de mulheres que sofreram violência sexual deve ser definido um local específico, preferentemente fora do espaço físico do pronto-socorro ou da triagem, no sentido de garantir a necessária privacidade dessas pessoas durante a entrevista e os exames. Essa medida é fundamental no processo de acolhimento, estabelecendo um ambiente de confiança, respeito e compreensão da complexidade do fenômeno. Por outro lado, deve-se coibir qualquer situação que provoque ou produza o constrangimento ou estigma em relação a essas mulheres, como, por exemplo, a identificação nominal do setor ou da sala destinadas ao atendimento exclusivo de vítimas de estupro. Para a avaliação clínica e ginecológica, é necessário espaço físico correspondente a um consultório médico. Os procedimentos para o abortamento previsto por lei deverão ser realizados em local cirúrgico adequado. Para a cadeia de custódia da coleta de vestígios, em razão da natureza

MINUTA CIB



do material coletado (em swab/papel filtro), a estrutura necessária para seu armazenamento requer apenas um espaço para manuseio (bancada e pia) e acondicionamento (congelador e/ou armário). O armazenamento do material coletado exige mecanismos de segurança, como controle rigoroso do acesso à sala de armazenamento, que deverá ser mantida trancada;

- Equipe mínima: O ideal é que o atendimento seja prestado por equipe interdisciplinar e a composição de seus membros pode variar conforme a disponibilidade maior ou menor de recursos humanos nas unidades de saúde. A equipe dos Serviços Tipo I e Tipo II deverá possuir a seguinte composição de referência:

I - 1 (um) médico clínico ou 1 (um) médico em especialidades cirúrgicas;

II - 1 (um) enfermeiro;

III - 1 (um) técnico em enfermagem;

IV - 1 (um) psicólogo;

V - 1 (um) assistente social; e

VI - 1 (um) farmacêutico.

Para os estabelecimentos Tipo II – que serão Serviço de Referência para Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei – deverão ainda conter em sua equipe Ginecologista/Obstetra e terão suas ações desenvolvidas em conformidade com a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde.

Ainda que cada um (a) desses (as) profissionais cumpra papel específico no atendimento às vítimas de violência sexual, todos (as) devem estar sensibilizados para as questões de violência de gênero. Serviços de saúde de referência para casos de maior complexidade podem acrescentar à equipe interdisciplinar especialistas em pediatria, infectologia, cirurgia, traumatologia, psiquiatria ou outras especialidades;

- A unidade de saúde deve dispor de equipamentos e materiais permanentes, em condições adequadas de uso, que satisfaçam as necessidades do atendimento. É importante que a unidade esteja equipada de tal modo a contar com autonomia e resolutividade. Os materiais e equipamentos necessários para o atendimento são os mesmos que compõem a estrutura de uma sala de atendimento ambulatorial em ginecologia e obstetrícia. Equipamentos adicionais podem ser incluídos, sempre que possível, como o colposcópio, aparelho de ultrassonografia e equipamento fotográfico para registro de eventuais lesões físicas. Os serviços de referência para o abortamento previsto por lei devem contar, além dos equipamentos próprios de um centro cirúrgico, com material para aspiração uterina a vácuo



(manual ou elétrica) ou material para dilatação e curetagem. Também devem ter disponibilidade de misoprostol, para o abortamento medicamentoso ou para o preparo do colo de útero. Os dados obtidos durante a entrevista, no exame físico e ginecológico, resultados de exames complementares e relatórios de procedimentos devem ser cuidadosamente registrados em prontuário de cada paciente;

- Ofertar teste rápido de HIV, sífilis e hepatite B;
- Iniciar o tratamento de profilaxia de HIV/AIDS e ISTs das vítimas de violência sexual com testagem/ VDRL de acordo com fluxo estabelecido e encaminhar para acompanhamento no SAE após a alta hospitalar;
- Prestar atenção humanizada aos casos de abortamento e para os estabelecimentos GAR prestar atendimento ao abortamento previsto em lei ou realizar encaminhamento responsável, conforme fluxo pactuado para outra instituição de referência da macrorregião;
- Fornecer ações e orientações de planejamento reprodutivo pós-parto e pós-abortamento à puérpera no momento da alta hospitalar, assim como encaminhamento à consulta de puerpério e puericultura após a alta;
- A mulher em situação de gravidez decorrente de violência sexual, bem como a adolescente e seus representantes legais, devem ser esclarecidos sobre as alternativas legais quanto ao destino da gestação e sobre as possibilidades de atenção nos serviços de saúde. É direito dessas mulheres e adolescentes serem informadas da possibilidade de interrupção da gravidez, conforme Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940, artigo 128, inciso II do Código Penal brasileiro. Da mesma forma e com mesma ênfase, devem ser esclarecidas do direito e da possibilidade de manterem a gestação até o seu término, garantindo-se os cuidados pré-natais apropriados para a situação. Nesse caso, também devem receber informações completas e precisas sobre as alternativas após o nascimento, que incluem a escolha entre permanecer com a futura criança e inseri-la na família, ou proceder com os mecanismos legais de doação. Nessa última hipótese, os serviços de saúde devem providenciar as medidas necessárias junto às autoridades que compõem a rede de atendimento para garantir o processo regular de adoção.
- Realizar encaminhamento responsável, após a alta hospitalar, para acompanhamento multidisciplinar pela rede interinstitucional, sendo na saúde para o RAPS e Atenção Primária e/ou Ambulatorial;
- Realizar a notificação compulsória de violência interpessoal/autoprovoçada - com preenchimento completo de todos os campos da ficha de notificação, como: raça/cor,



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

identidade de gênero, sexo, escolaridade, idade - e notificar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde e, se o atendimento for realizado em final de semana, comunicar ao CIEVS por e-mail: [notifica.se@saude.mg.gov.br](mailto:notifica.se@saude.mg.gov.br). Em caso da vítima ser criança ou adolescente, comunicar obrigatoriamente ao Conselho Tutelar e/ou às autoridades competentes, e as demais vítimas orientá-la de acordo com o descrito no campo de encaminhamento da ficha de notificação;

- Realizar o registro dos procedimentos nos sistemas de produção SIA/SIH incluindo todas as informações solicitadas nos campos;

- Articular com a Polícia Civil local a capacitação dos profissionais médicos para a coleta de vestígios e a cadeia de custódia, com o apoio das Unidades Regionais de Saúde e do Nível Central da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Além de solicitar ao Ministério da Saúde a habilitação para coleta de vestígios;

- A proteção, a atenção e o cuidado integral constituem funções primordiais dos serviços de saúde que compõem a rede de atendimento a pessoas em situação de violência sexual. Desta forma, é preciso que os serviços de saúde atuem articuladamente com outros serviços e órgãos existentes em cada localidade para cumprir plenamente essas funções; e

- Garantir referência para alta complexidade de acordo com a necessidade das vítimas de violência sexual, portanto, em casos que demandem assistência em instituições de maior resolutividade, prestar os cuidados compatíveis com a estrutura local, garantir a transferência responsável e transporte seguro.

**MINUTA CIB**